

Passar o Brasil a limpo

Duas entrevistas que fazem contraponto foram divulgadas no final da semana, focalizando a atividade da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento.

Pessimista, o deputado Benito Gama (PFL-BA) manifestou sua opinião: se ocorresse uma sessão do Poder Legislativo para julgar os senadores e deputados envolvidos em denúncias de corrupção nos trabalhos daquela comissão, ninguém perderia o mandato. Indo mais longe, ele afirma: "O relatório do senador Bisol sobre os papéis da Odebrecht jogou uns 150 parlamentares contra a CPI". Bom trabalho!

Em sentido inverso, o presidente da Comissão Parlamentar pretende antecipar punições. O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) faz saber que haverá, provavelmente no dia 17, um relatório parcial do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), já com recomendação pelas primeiras punições, de natureza política, recomendando cassações, dentro da tramitação a que o processo está sujeito, no Congresso.

Jarbas Passarinho expressa o sentimento dominante na opinião pública quando diz: "Resolvemos correr o risco". Ele entende que no relatório parcial mencionado, sendo apontados os nomes dos que quebraram o decoro, surgirá o ensejo para que se disparem as providências para a cassação de mandatos. Está porém consciente de dificuldades que poderão surgir, pois aqueles que quebraram o decoro "estão cheios de advogados que alegariam, na Comissão de Constituição e Justiça, que um relatório parcial poderia ser modificado". Pois que se corra o risco. Como dizia o deputado Íbsen Pinheiro, presidente da Câmara quando se tratou de punir o presidente Fernando Collor de Mello, "o que o povo quer esta Casa quer". Ele ainda pensa assim? Ou seria dos que procurariam criar obstáculos a que se dessem consequências práticas ao relatório parcial?

É o prestígio da instituição legislativa que está em jogo. Não se negará que problemas jurídicos podem atrasar o julgamento dos

que traíram a instituição, como estão retardando a decisão sobre os que trocaram de legenda a soldo. As investigações que a CPI empreende, porém, devem ser levadas adiante, custe o que custar, doa a quem doer e seja qual for,

afinal, o número dos que serão castigados. É agora, ou nunca mais. Que se apure tudo — e sem preocupação com o tempo por que se prolongarão os trabalhos da CPI. De que adiantaria atrope-

lá-los, prejudicando-os, ou encerrá-los sem que estivessem completados?

O que se quer é purificação do mandato eletivo. Depois de afastar um presidente da República, por que senadores e deputados recuariam, abandonando o nobre propósito de expelir da Praça dos Três Poderes quantos desonraram a função que pleitearam e receberam do povo, locupletando-se com a prática do ilícito?

O esforço ingente que vem sendo despendido pelo presidente e pelo relator da CPI do Orçamento deve ser contudo muito bem orientado. Manobras diversionistas, como a que foi executada pelo senador José Paulo Bisol, não podem ter o condão de desviar o curso das investigações e desorganizar o material que há de ser bem ordenado a fim de que, como consequência de tudo o que se apurar, se esgotem as medidas a adotar para que o rigor da lei recaia sobre todos os culpados. Como acentua o deputado Benito Gama: "Há uma relação entre as empreiteiras e a Comissão de Orçamento, políticos, e isto extrapola o Congresso. Isto vai até o Executivo (...). No Executivo é que se dá a execução financeira. Quando se entrar no Executivo é que vai ser encontrado o grande filé da corrupção".

Ninguém de bom senso negará que o País está vivendo um grande momento, apto a rasgar perspectivas por um futuro melhor, no qual a vida pública possa ser dignificada. Se o desafio a vencer é ingente, nem por isso deve ele servir para que quem quer que esse futuro melhor chegue mais depressa se deixe vencer pelo pessimismo e pelo desânimo. Está na hora de passar o Brasil a limpo.

**Os trabalhos da
CPI do Orçamento
devem ir até o fim
e apurar tudo, até
no Executivo, doa
a quem doer**

* 7 DEZ 1993

ESTADO DE SÃO PAULO